

## PARATY HOLDING LTDA.

CNPJ nº 50.643.327/0001-50 - NIRE 35261305980

### Edital de Convocação - Reunião de Sócios Extraordinária

**PARATY HOLDING LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.643.327/0001-50, com sede social na Rua Surubim, 373, 8º andar, Cj 81, sala 05, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-050 e seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 35261305980 (denominada "Sociedade"), convoca os seus Sócios para se reunirem em sede de Reunião de Sócios de forma extraordinária, no dia 09 de Junho de 2025, às 15 horas, em primeira convocação, por videoconferência, no link do Microsoft Teams disponibilizado ao final deste edital, nos termos da Cláusula Nona do Contrato Social da Sociedade e artigos 1.080-A e 1.152, § 3º do Código Civil, para tratarão sobre a seguinte ordem do dia: 1. Deliberar sobre a alteração do Contrato Social da Sociedade, prevendo a inclusão das seguintes cláusulas: a. Obrigação de não competição por parte de todos os Sócios e administradores da Sociedade, com relação a todos os objetos, negócios e atividades sociais da Sociedade e de Afiliadas e controladas da Sociedade ("Cláusula de Não Competição"), conforme redação abaixo: Cada Sócio, se obriga, individualmente, em seu nome, e em nome de suas Afiliadas, enquanto integrar o quadro de Sócios da Sociedade, a não concorrer de qualquer forma, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, com a Sociedade e/ou com qualquer de suas Afiliadas, obrigando-se a abster-se, inclusive, mas não se limitando, de executar, exercer, participar, auxiliar, seja direta ou indiretamente, como sócio, acionista, colaborador, sócio oculto, administrador, consultor, parceiro, prestador de serviços, distribuidor, representante, ou sob qualquer outro título, em qualquer outra atividade concorrente com e/ou similar às atividades desenvolvidas pela Paraty Holding e suas Afiliadas, em todo o território nacional, sem o prévio, expresso e formal consentimento, por escrito da Sociedade ("Não Competição"). O descumprimento do disposto nesta Cláusula ensejará a cobrança, pela Sociedade, de multa moratória no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por descumprimento, sendo a multa majorada para R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais) caso o Sócio descumpra a obrigação de non-competencia enquanto tinha acesso a informações confidenciais da Sociedade e/ou de qualquer de suas Afiliadas. b. Obrigação de não circunvention (non circumvention) por parte de todos os Sócios e administradores da Sociedade, com relação a todos os clientes, contrapartes, parceiros, sócios, prestadores de serviço, da Sociedade e de Afiliadas e controladas da Sociedade ("Cláusula de Não Circunvenção"), conforme redação abaixo: Cada Sócio da Sociedade se obriga, individualmente, por si e suas Afiliadas, durante o período no qual integrarem o quadro de Sócios da Sociedade, a: (i) abster-se, por si e suas Afiliadas, de enviar proposta, oferecer serviços e/ou produtos, celebrar quaisquer tipos de contratos, acordos e/ou instrumentos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a contratos de prestação de serviços de qualquer natureza, memorandos de entendimentos, term sheets, comércio atacadista de energia elétrica (compra e venda de energia elétrica), contratos Build to Suit, desenvolvimento ou investimento em projetos de geração e/ou transmissão de energia; e/ou desenvolver qualquer tipo de negócios com os clientes, sócios, parceiros ou investidores da Sociedade e/ou Afiliadas desta, sejam tais clientes, parceiros ou investidores presentes, em negociação ou futuros; (ii) acordam os Sócios desde já que a proibição constante no item "i" acima abrange inclusive situações nas quais um determinado Sócio e/ou suas respectivas Afiliadas atue como sócio minoritário, administrador, empregado, investidor, prestador de serviços e/ou mantenha qualquer outro tipo de relação contratual com terceiro que porventura pratique os atos elencados no item "i" acima em relação a clientes, sócios, parceiros ou investidores da Sociedade e/ou Afiliadas desta. O descumprimento do disposto nesta Cláusula ensejará a cobrança, pela Sociedade, de multa moratória no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por descumprimento, sendo a multa majorada para R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais) caso o Sócio descumpra a obrigação de non-circunvention enquanto tinha acesso a informações confidenciais da Sociedade e/ou de qualquer de suas Afiliadas. c. Obrigação de não solicitação (non solicitation) por parte de todos os Sócios e administradores da Sociedade, em relação a todos os colaboradores, funcionários, estagiários, prestadores de serviço, administradores e sócios da Sociedade e de Afiliadas e controladas da Sociedade ("Cláusula de Não Solicitação"), conforme redação abaixo: Cada Sócio da Sociedade se obriga, individualmente, por si e suas Afiliadas, durante o período no qual integrarem o quadro de Sócios da Sociedade e pelo período adicional de 02 (dois) anos contados da sua saída do quadro de sócios da Sociedade, a, direta ou indiretamente, em seu próprio benefício e/ou em benefício de terceiros, incluindo, mas não se limitando, a (i) não contratar, persuadir ou tentar atrair qualquer empregado, administrador, prestador de serviço - exclusivo ou não - e/ou acionista da Sociedade, ainda que seja procurado por este; (ii) não contratar qualquer terceiro que tenha deixado o rol de colaboradores da Sociedade e/ou de suas Afiliadas, nos 06 (seis) meses anteriores, seja na condição de empregado, administrador, prestador de serviço - exclusivo ou não - e/ou acionista da Sociedade. O descumprimento do disposto nesta Cláusula ensejará a cobrança, pela Sociedade, de multa moratória no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento. d. Obrigação de não agressão por parte de todos os Sócios e administradores da Sociedade, em relação à Sociedade e suas Afiliadas, todos os colaboradores, funcionários, estagiários, prestadores de serviço, administradores e sócios da Sociedade e de Afiliadas e controladas da Sociedade ("Cláusula de Não Agressão"), conforme redação abaixo: Cada Sócio da Sociedade se obriga, individualmente, por si e suas Afiliadas, durante o período no qual integrarem o quadro de Sócios da Sociedade e pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da sua saída do quadro de Sócios da Sociedade, por qualquer motivo, a manter em estrito sigilo todas as Informações Confidenciais da Sociedade, suas Afiliadas e dos outros Sócios às quais venha a ter acesso. Tais informações não poderão ser fornecidas, reveladas ou mencionadas a terceiros, utilizadas em benefício próprio, bem como não poderão ser divulgadas, publicadas ou aproveitadas de qualquer modo pelo Sócio, exceto se autorizado, por escrito, pela Sociedade e pelos demais Sócios. X.1. Para fins da Cláusula acima, "Informações Confidenciais" significam todas e quaisquer informações e dados aos quais tenham tido acesso, seja verbalmente, por escrito ou qualquer outro meio, enquanto sócio e/ou colaborador da Sociedade e/ou de suas Afiliadas, sejam estes técnicos, comerciais, estratégicos, operacionais, ou de outra natureza, pertencentes à Sociedade, às suas Afiliadas e/ou aos demais Sócios, ou relativas a qualquer um destes, às suas atividades, a serviços, modelos de negócios, a colaboradores, a fornecedores, a clientes, a tecnologias, e divulgados ao outro Sócio, ainda que enquanto colaborador da Sociedade e/ou de Afiliada desta. X.2. Qualquer Sócio poderá divulgar as Informações Confidenciais em caso de determinação de decisão judicial ou de autoridades governamentais com poder de polícia, nos termos da Lei. Nessa hipótese, o Sócio se obriga a divulgar as Informações Confidenciais apenas na medida exigida por tal autoridade, assim como a informar aos outros Sócios imediatamente após tomar conhecimento da determinação - ou, caso o aviso imediato seja impossível, em período não superior a 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da determinação - a fim de que este tenha tempo hábil para adotar as medidas que entenda necessárias e cabíveis para procurar evitar ou restringir tal divulgação, se for o caso. O descumprimento do disposto nesta Cláusula ensejará a cobrança, pela Sociedade, de multa moratória no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento. f. Definição de "Afiliadas" e "Controle" para fins de interpretação das Cláusulas de Não Competição, Não Circunvenção, Não Solicitação, Não Agressão e Confidencialidade elencadas acima, conforme redação abaixo: "Afiliada" significa, para fins do Contrato Social da Paraty Holding Ltda., com relação a qualquer Sociedade e/ou Sócios, conforme o caso, qualquer outra pessoa na qual, direta ou indiretamente, a Sociedade e/ou o Sócio, tenha participação societária ou que seja Controlada pela Sociedade e/ou por um ou mais Sócios, ou de outra forma esteja sob Controle comum, direto ou indireto, com a Sociedade e/ou o Sócio. "Controle" significa, (i) o poder (com ou sem qualquer vinculação a acordo de acionistas ou de voto, quórum qualificado em estatuto ou contrato social ou outra restrição) de eleger a maioria dos administradores e/ou (ii) o poder de determinar e conduzir as políticas e administração da

pessoa jurídica em questão. Termos derivados de Controle, como "Controlada", "Controlador" etc., terão significado análogo ao de Controle. Enquadram-se ainda na definição de Afiliada, em relação aos Sócios pessoas físicas, (i) qualquer sociedade, na qual qualquer cônjuge, esposa ou esposo, companheiro ou companheira, ascendente, descendente, tanto do Sócio ou do cônjuge do Sócio, ou pessoa cujo envolvimento no negócio configure uma interposição de pessoas que detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social; e/ou (ii) qualquer cônjuge, esposa ou esposo, companheiro ou companheira, ascendente, descendente de qualquer um dos Sócios ou pessoa cujo envolvimento no negócio configure uma interposição de pessoas; (iii) qualquer sociedade para a qual o Sócio e/ou suas Partes Relacionadas prestem qualquer tipo serviços, de qualquer natureza, tenham qualquer tipo parceria e/ou qualquer outro tipo de acordo societário, comercial, cível, trabalhista e/ou de qualquer outra natureza; g. Cláusula compromissória, por meio da qual os Sócios se obrigam a resolver todos e quaisquer conflitos, controvérsias e/ou divergências entre os Sócios (a respeito dos assuntos da Sociedade e de Afiliadas desta), entre os Sócios e a Sociedade e/ou Afiliadas desta, entre os Sócios e os administradores da Sociedade e/ou Afiliadas desta, entre a Sociedade e os administradores da Sociedade ou, ainda, todos e quaisquer conflitos, controvérsias e/ou divergências baseados no Contrato Social, mediante a realização de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Mediação da ICC (International Chamber of Commerce) Brasil conforme redação abaixo: X.1. Os conflitos, controvérsias e/ou divergências entre os Sócios (a respeito dos assuntos da Sociedade e Afiliadas desta), entre qualquer dos Sócios e a Sociedade e/ou Afiliadas desta, entre qualquer dos Sócios e os administradores da Sociedade e/ou Afiliadas desta, entre a Sociedade e os administradores da Sociedade ou, ainda, todos e quaisquer conflitos, controvérsias e/ou divergências que se relacionem com este Contrato Social e/ou com a Sociedade e/ou Afiliadas desta deverão ser解决adas mediante arbitragem. X.1.1. O tribunal arbitral terá 3 (três) árbitros, 2 (dois) dos quais serão escolhidos por cada uma das partes litigantes nos prazos previstos no Regulamento da Arbitragem da Câmara de Comercio Internaciona - ICC Brasil ("ICC Brasil") e um terceiro que será escolhido de comum acordo pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes ("Tribunal Arbitral"). Se a demanda envolver mais de uma parte litigante em um dos polos e não houver consenso entre elas na definição do árbitro a ser por elas indicado, a ICC Brasil indicará todos os árbitros que comporão o Tribunal Arbitral. X.1.2. O procedimento arbitral será realizado em São Paulo/SP, Brasil, em língua portuguesa. X.1.3. O Tribunal Arbitral deverá especificar os fundamentos de sua decisão, notadamente as de caráter indenizatório, especificando os respectivos valores da condenação, bem como de qualquer outra decisão nos termos desta Cláusula X.1. A decisão arbitral será considerada resolução final e vinculativa da controvérsia contra a qual não caberão recursos, devendo ser reconhecida como sentença por qualquer tribunal brasileiro. As partes concordam em se submeter à jurisdição do tribunal brasileiro, para fins de execução de qualquer dessas decisões, laudos, mandados ou sentenças. X.1.4. Qualquer procedimento arbitral decorrente desse Contrato Social da Sociedade deverá ser conduzido sob sigilo. X.1.5. Os árbitros deverão aplicar as leis substantivas da República Federativa do Brasil ao interpretar e resolver as controvérsias, sendo vedada a aplicação do princípio da equidade. X.1.6. A obrigação dos Sócios de submeterem quaisquer controvérsias à arbitragem, no âmbito desta Cláusula X.1, subsistirá ao término ou rescisão do presente Acordo, independentemente do motivo. X.1.7. Os Sócios concordam em empregar todos os seus esforços para chegar a uma pronta, econômica e justa resolução de qualquer disputa apresentada para arbitragem. X.1.8. A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem será determinada na forma do Regulamento de Arbitragem da ICC Brasil ou pelo Tribunal Arbitral. X.2. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das partes litigantes poderá requerer ao Poder Judiciário, "ad referendum" do Tribunal Arbitral que vier a ser constituído, medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no art. 22-C, da Lei nº 9.307/1996. X.3. Para as medidas previstas na Cláusula X.2 deste Acordo, para a execução das decisões da arbitragem e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleito o fórum da comarca de São Paulo/SP, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. h. Cláusula de Compensação, de forma a prever que a Sociedade poderá compensar quaisquer valores devidos por qualquer Sócio à Sociedade, com aqueles que porventura venham a ser devidos ao Sócio devedor da Sociedade, conforme seguinte redação: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, compensar quaisquer valores comprovadamente devidos por qualquer Sócio à Sociedade, com valores devidos pela Sociedade ao Sócio em questão, a qualquer título, mediante simples notificação enviada ao Sócio devedor nesse sentido. Caso os valores em aberto devidos pelo Sócio devedor forem, a qualquer tempo e por qualquer razão, totalmente compensados de acordo com os termos deste Contrato Social, o Sócio Devedor permanecerá integralmente responsável pelo pagamento do eventual valor remanescente. 2. Deliberar sobre a alteração do Contrato Social da Sociedade, especificamente do Parágrafo 3º da Cláusula Nona, de forma a reduzir o quórum qualificado de aprovação das matérias elencadas nas alíneas desta Cláusula para 66,0% do capital social da Sociedade; 3. Deliberar sobre a alteração do Contrato Social da Sociedade, especificamente dos Parágrafos 4º e 5º da Cláusula Treze, conforme a seguinte redação: Parágrafo 4º: A maioria do capital social poderá, mediante aprovação tomada em sede de Reunião de Sócios da Sociedade, excluir extrajudicialmente qualquer Sócio da Sociedade que esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade. Todo exclusão de sócio será determinada em sede de reunião de sócios especificamente convocada para essa finalidade, devendo o sócio a ser excluído ser notificado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa apresentar eventual contestação, sob pena de revelia. Parágrafo 5º: Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 4º acima, fica desde já estabelecido e acordado que qualquer sócio que tenha menos da metade do capital social poderá ser excluído sempre que praticar atos que configurem justa causa, nos termos do art. 1.085 do Código Civil; contrários aos interesses da Sociedade e/ou de suas Afiliadas; que prejudiquem o bom andamento das atividades sociais da Sociedade e/ou suas Afiliadas; e/ou que fomentem, de qualquer forma, a desordem entre os demais Sócios, a Sociedade e/ou suas Afiliadas, sendo que as hipóteses elencadas a seguir contém uma relação não exaustiva de hipóteses que, se verificadas, são passíveis de justificar a exclusão de sócio: (i) o descumprimento de quaisquer obrigações constantes em Lei, norma aplicável e/ou neste Contrato Social, incluindo, mas não se limitando àsquelas constantes nas Cláusulas de Não Competição, Não Agressão, Não Circunvenção, Não Solicitação e Confidencialidade; (ii) a não realização de aportes nos prazos estabelecidos no Contrato Social da Sociedade, cuja mora não esteja sanada no momento da deliberação; (iii) a prática de atos de improbidade, que devem ser entendidos como qualquer ação ou omissão do Sócio que revele desonestade, abuso de confiança, fraude ou má-fé, visando a vantagem, ainda que não econômica, para si ou para outrem; (iv) conduta omissiva ou comissiva contrária aos interesses da Sociedade e/ou de suas Afiliadas, e/ou que, comprovadamente, coloque em risco a sua continuidade e/ou implique responsabilidade maior do que aquela normalmente aceita em face do risco do negócio; (v) prática de atos prejudiciais à imagem da Sociedade, de suas Afiliadas, Sócios e/ou colaboradores, bem como divulgação de informações desabonadoras a terceiros; (vi) caso o Sócio fomente, de qualquer forma, a desordem entre os demais Sócios; (vii) quebra de afectio societas com relação à maioria dos demais Sócios da Sociedade; (viii) apresentar conduta desleal, quer seja em termos de concorrência no âmbito do objeto social da Sociedade e/ou Afiliadas desta, quer seja fomentando a desordem entre os demais sócios, ou ainda caso se coloque em posição de conflito com a Sociedade e/ou Afiliadas desta, como por exemplo, caso receba informações confidenciais da Sociedade e/ou Afiliadas desta enquanto atue, a qualquer título, em empresas concorrentes daquelas que competem com a Sociedade e/ou Afiliadas desta. 4. Deliberar sobre a alteração do Contrato Social da Sociedade, especialmente do Parágrafo 7º da Cláusula Treze, de forma a prever que (i) os haveres serão pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas; (ii) a primeira parcela vencerá no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da apresentação do balanço patrimonial da sociedade; 5. Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir as deliberações tomadas com base nos assuntos elencados acima; 6. Outros assuntos relacionados à pauta da reunião. Nos termos do art. 1.074 do Código Civil, a Reunião de Sócios instalar-se-á com a presença de sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento), em primeira convocação. Caso não haja instalação em primeira convocação, o presente edital será novamente publicado para realização da Reunião de Sócios em sede de segunda convocação, com qualquer quórum. São Paulo/SP, 28 de maio de 2025. Pedro Villas Boas Pileggi, Alvaro Queiroz, Philip George Alneng Osborn, Fernando Jose Ferreira Pereira Pereira. Sócios da Paraty Holding Ltda. Link: [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_ZTQyZDQxMTY1YmZl002DYxTg0M1ytM2NzWExMTjOGJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22907ce67a-b36c-4c7d-b279-b7570c585154%22%2c%22Oid%22%3a%22c64e8b58-279d-4bd7-b2e2-32647a319d46%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTQyZDQxMTY1YmZl002DYxTg0M1ytM2NzWExMTjOGJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22907ce67a-b36c-4c7d-b279-b7570c585154%22%2c%22Oid%22%3a%22c64e8b58-279d-4bd7-b2e2-32647a319d46%22%7d)

